Revista Teopráxis

https://doi.org/10.52451/4dr76w69
ISSN On-line: 2763-5201

CRISTOLOGIA NEGRA LIBERADORA E NEGRITUDE

Liberating black Christology and blackness

Marcos Antonio de Santana*

*Professor, doutor e padre da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ele nasceu em Pernambuco em 1956. Obteve o título de Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Sua tese, defendida em março de 2003, teve como tema: Verdadeiro Homem, Verdadeiro Deus: fundamentos cristológicos da antropologia cristã na reflexão de Wolfhart Pannenberg. Na PUC-Rio, leciona na área da Cultura Religiosa, oferecendo especialmente os cursos de Cristianismo e Cristianismo e as Grandes Religiões.

antoniomarc.sant@gmail.com

0009-0007-4109-4831

Recebido em: 01/12/2025
Aprovado em 28/12/2025

Resumo: O artigo, intitulado "CRISTOLOGIA NEGRA LIBERADORA E NEGRITUDE", apresenta uma reflexão crítica da fé elaborada a partir do horizonte hermenêutico que articula a cristologia negra com a negritude, buscando a transformação da realidade sócio-histórica e posicionando-se contra toda forma de opressão. A tese teológica principal sustenta que a situação do povo negro e pobre é uma realidade sacramental da presença do Verbo encarnado, o «Jesus Negro Libertador». Essa identificação é resumida na afirmação de que «Deus se torna negro para estar ao lado dos negros», validando a experiência histórica do povo oprimido como o "locus theologicus" da manifestação divina. A reflexão está enraizada no contexto de violência, genocídio, e racismo estrutural no Brasil, o qual articula raça e classe para organizar desigualdades sociais. Neste contexto, a Negritude - definida como uma categoria histórico-cultural—representa uma postura existencial e política de resistência ativa e rejeição à opressão, um despertar para a dignidade. O fundamento essencial da cristologia negra reside na ressurreição do crucificado (Mistério Pascal), articulando o Jesus histórico e o Ressuscitado. A relevância do Jesus histórico reside no isomorfismo estrutural entre o contexto de opressão de sua época e a realidade contemporânea dos negros e pobres. A Via Crúcis e a morte de Jesus são vistas como a consequência direta de sua práxis libertadora e solidária, uma denúncia contra a injustiça e a hipocrisia religiosa, que ameaçava o status quo vigente. Teologicamente, sua morte é a epifania da liberdade de Deus, pois Ele assume integralmente a opressão humana. A Ressurreição é o evento escatológico que manifesta que a soberania divina é invencível, configurando a plenitude da Vida e abrindo o horizonte de libertação. A fé no Cristo das Dores e no Senhor Ressuscitado conferiu aos negros da diáspora a capacidade de resistência em direção à plena Liberdade, garantindo que a mensagem do Reino do Abba Negro seja uma força para a libertação integral e definitiva. O seguimento do Jesus Negro fundamenta-se na identificação profunda com os negros e empobrecidos, exigindo uma práxis de transformação que converta o amor em gestos concretos contra a opressão. Este caminho reconhece a ontologia negra de Deus e estabelece um isomorfismo entre a Paixão de Cristo e o sofrimento histórico causado pelo racismo estrutural. O discipulado requer o enfrentamento das causas da pobreza e do genocídio, tratando a discriminação como um pecado social a ser erradicado para a restauração da dignidade humana. Por fim, exige uma "atenção amiga" que valorize a cultura das periferias e existenciais, permitindo que o acolhimento aos mais fracos manifeste a presença viva do Verbo Encarnado que clama por justiça.

Palavras-chaves: Reino do Deus; Abba Negro; Encarnação; Racismo; Negritude.

Este artigo está licenciado com a licença: Creative Commons Attribution-NonCommercial No Derivatives 4.0 International License

Abstract: The article; titled "LIBERATING BLACK CHRISTOLOGY AND NEGRITUDE;" presents a critical reflection on faith developed from a hermeneutical horizon that articulates black christology with negritude; seeking the transformation of socio-historical reality and positioning itself against all forms of oppression. The main theological thesis maintains that the situation of the black and poor people is a sacramental reality of the presence of the Incarnate Word; the "Black Liberating Jesus". This identification is summarized in the statement that "God becomes black to be alongside black people;" validating the historical experience of the oppressed as the locus theologicus of divine manifestation. The reflection is rooted in the context of violence; genocide; and structural racism in Brazil; which articulates race and class to organize social inequalities. In this context; Negritude—defined as a historical-cultural category—represents an existential and political posture of active resistance and rejection of oppression; an awakening to dignity. The essential foundation of black christology resides in the resurrection of the crucified (Paschal Mystery); articulating the historical Jesus and the Risen One. The relevance of the historical Jesus lies in the structural isomorphism between the context of oppression of his time and the contemporary reality of black and poor people. The Way of the Cross and the death of Jesus are seen as the direct consequence of his liberating and solidary praxis; a denunciation against injustice and religious hypocrisy that threatened the current status quo. Theologically; his death is the epiphany of God's freedom; as He fully assumes human oppression. The Resurrection is the eschatological event that manifests that divine sovereignty is invincible; configuring the fullness of Life and opening the horizon of liberation. Faith in the Christ of Sorrows and the Risen Lord granted the blacks of the diaspora the capacity for resistance toward full Freedom; ensuring that the message of the Kingdom of the Black Abba is a force for integral and definitive liberation. Following the Black Jesus is based on a deep identification with black and impoverished people; requiring a praxis of transformation that converts love into concrete gestures against oppression. This path recognizes the black ontology of God and establishes an isomorphism between the Passion of Christ and the historical suffering caused by structural racism. Discipleship requires confronting the causes of poverty and genocide; treating discrimination as a social sin to be eradicated for the restoration of human dignity. Finally; it demands a "friendly attention" that values the culture of the peripheries and existential realities; allowing the welcoming of the weakest to manifest the living presence of the Incarnate Word who cries out for justice.
Keywords: Kingdom of God; Black Abba; Incarnation; Racism; Negritude

"Mas a negritude não é passiva.
Ela não é da ordem do sofrer e o sujeitar-se.
Não é nem comiseração nem lamúria.
É um despertar, e um despertar para a dignidade.
É um rechaço, é um rechaço da opressão.
É um combate, e um combate contra a desigualdade"
(Aimé Césaire).

INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir uma cristologia contextualizada, cujo objetivo central é captar a relevância do Jesus Cristo Negro e da negritude como instrumentos de transformação da realidade sócio-histórica do povo negro.

O primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar que nossa reflexão se dá a partir de uma cristologia contextualizada, refletindo aspectos da realidade história do povo negro. Estabelecendo a base teórica do artigo, definindo uma fé elaborada criticamente que se posiciona contra todas as formas de opressão. Nele, analisa-se como, historicamente, a cristologia foi utilizada no período colonial para justificar o status quo escravista (através das cristologias da Cristandade, do Desterro e da Paixão), contrastando essa realidade com a resistência formal da Igreja e do papado contra o tráfico de pessoas ao longo dos séculos.

O segundo capítulo visa apresentar a dinâmica externa e interna da Cristologia Negra. Aqui, o texto divide-se em duas frentes: a dinâmica externa, que analisa o contexto racial brasileiro, abordando o racismo estrutural, aspectos da história do genocídio negro e as diversas formas de resistência (quilombos, movimentos contemporâneos e resistência na ditadura); e a dinâmica interna, que foca na sacramentalidade do povo negro. Este capítulo fundamenta a ideia de que a vida e a luta dos negros são lugares de manifestação do Verbo encarnado.

O terceiro capítulo foca no Jesus histórico como ponto de partida crucial para a Cristologia Negra. Discute-se o "isomorfismo estrutural", ou seja, a semelhança entre o contexto de opressão enfrentado por Jesus e a realidade vivida pelos negros e pobres hoje. O Reino de Deus é apresentado como uma proposta de libertação integral e inclusão universal, com uma opção preferencial pelos "deserdados".

No quarto capítulo refletimos o significado da Morte e Ressurreição do Jesus Negro que revela a solidariedade do Abba Negro. A análise volta-se para o mistério pascal. A morte de Jesus é interpretada como consequência de sua práxis libertadora, uma epifania da liberdade de Deus que assume a opressão humana. A ressurreição, por sua vez, é apresentada como a vitória definitiva sobre o pecado social e a morte, abrindo o horizonte para a libertação plena que se manifesta já no presente da história humana de forma embrionária.

No quinto capítulo apresentamos a espiritualidade específica das comunidades negras da diáspora, que estabelecem uma conexão visceral entre a Paixão de Jesus e o sofrimento da escravidão. Demonstra-se como a figura do "Jesus das Dores" foi ressignificada como o Jesus Negro Libertador, transformando a dor em estímulo para a resistência e esperança escatológica.

No sexto capítulo focamos o seguimento de Jesus Negro como expressão do compromisso de libertação integral do povo negro e pobre. O encerramento do texto convoca à prática. Seguir o Jesus Negro exige uma "atenção amiga" e o enfrentamento direto das causas estruturais da pobreza e do racismo, visto como pecado social. O discipulado é apresentado como um compromisso existencial e político de restaurar a dignidade humana através de gestos concretos de amor e justiça.

O nosso artigo se desenvolveu sobre três pilares. O primeiro pilar está fincado na dura realidade histórica da opressão do povo negro e pobre, enquanto o segundo se fundamenta na esperança transformadora que nasce do mistério pascal do Jesus Negro. O terceiro elemento, o "pro-seguir", funciona como o elo que os une, definindo-se pela prática do seguimento de um Cristo que caminha lado a lado com aqueles que mais sofrem.

1. CRISTOLOGIA CONTEXTUALIZADA: A RELEVÂNCIA DA REALIDADE HISTÓRICA DE OPRESSÃO DO POVO NEGRO

Buscamos fazer nossa reflexão cristológica que visa captar a relevância de temáticas que resultem na transformação de uma determinada realidade sócio histórica. Trata-se da fé elaborada criticamente que busca desenvolver uma cristologia centrada no tema do Jesus Cristo Negro, articulando cristologia negra com negritude. Portanto, este trabalho busca refletir a fé cristológica a partir desse horizonte hermenêutico (Boff, 1977, p. 501).

Trata-se de uma reflexão que deve evidenciar temas que impliquem uma transformação radical da realidade na qual os negros e pobres estão inseridos. Essa reflexão nasce de um mundo sofredor, sendo construída em "intellectus amoris" e tem como objetivo ressaltar sua relevância para a luta do povo negro. Essa modalidade de pensamento posiciona-se contra toda forma de opressão e sofrimento (Boff, 1977, p. 501; Sobrino, 1994, p. 48; EN, n. 33-36).

A reflexão sobre o Cristo Negro Libertador e a negritude é fundamentada na realidade histórica da opressão racial e social sofrida pelo povo negro, bem como em suas lutas pela afirmação identitária. A negritude, segundo Aimé Césaire, constitui "um despertar, e um despertar da dignidade" (Césaire, 2022, p. 216).

O teólogo James Cone afirma: "A negritude de Cristo é ao mesmo tempo literal e simbólica. Sua negritude é literal no sentido de que ele se torna verdadeiramente Um com negras e negros oprimidos, tomando seus sofrimentos como seu sofrimento e revelando que ele se encontra na história de nossa luta, na história de nossa dor e no ritmo de nossos corpos" (Cone, 2020b, p. 196).

O gesto solidário de Jesus, impulsionado pelo Espírito, alcança universalidade ao acompanhar os oprimidos em suas lutas diárias (Wong, 1995, p. 452). A questão da negritude de Cristo transcende meramente a cor da pele. Dizer que o Cristo é Negro significa que as pessoas negras são o povo pobre de Deus a quem Cristo veio libertar (Cone, 2020a, p. 196).

É nesse horizonte interpretativo que buscaremos realizar uma reflexão que seja relevante. Contudo, a relevância do labor cristológico sempre levanta indagações sobre a quem ele serve e que compromissos inspira, que práticas suscita (Boff, 1977, p. 501).

Ao refletir sobre a história da cristologia Riolando Azzi identifica três modalidades principais de cristologia no período colonial e escravocrata (1500–1759) que foram elaborados num contexto determinado e que infelizmente justificaram os "status quo" da sociedade colonial e escravista:

> *A cristologia da Cristandade*: Exigia o abandono da cultura e dos valores dos povos originários e africanos, em favor da assimilação à cultura portuguesa, sob a máxima de que "fora da Igreja, não há salvação". *A cristologia do Desterro*: Enfatizava a fuga do mundo e a compreensão da vida presente como destituída de sentido, o que era aceito por não se opor ao sistema vigente. *A cristologia da Paixão:* Desenvolveu-se uma devoção aos momentos dolorosos da paixão e morte de Jesus, paralisando a vida das cidades na Sexta-feira da Paixão para o ato religioso (Azzi, 1981, p. 22-24).

Ferraro critica a forma como Jesus foi apresentado no período colonial, mostrando que sua imagem foi utilizada para justificar a dominação e manter o poder dos colonizadores. Assim, a fé cristã serviu como instrumento de controle social e político, ignorando a realidade e as necessidades do povo escravizado e colonizado em vez de transmitir a mensagem libertadora do Evangelho (Ferraro, 2021, p. 34-39). A Igreja católica fez um esforço de se posicionar contra a escravidão e racismo, porém não houve êxito:

> Ela se manifestou por meio de uma oposição Papal contínua, remontando ao Longo Século XVI. O testemunho de fé também foi exemplificado pela atuação de São Pedro Claver em Cartagena. A contestação formal ao tráfico de pessoas escravizadas africanas foi expressa pelo Papa Leão X (1513-1521), que enviou documentação aos reinos da Espanha e Portugal, manifestando

> seu desfavor a essa prática. Essa resistência foi subsequentemente reforçada por Gregório XIV (1590-91), com a bula Cum Sicuti (1591). Urbano VIII (1623-1644), com a bula Commisum Nobis (1639), ambas se posicionando contra a escravidão transatlântica . [...] No final do século XIX, o Papa Leão XIII interveio diretamente no Brasil, que à época era o último país a declarar a emancipação. Ele utilizou a Encíclica Plurimis (1888) para solicitar aos Bispos do Brasil que fornecessem apoio à causa da abolição da escravidão (Mensaje de la Santa Sede a los Afroamericanos, Consejo Episcopal Laticoamericano y caribeño, (Celam), 1992, item 1.6)[1].

Embora toda reflexão cristológica possua uma dimensão de autonomia (uma epistemologia própria) que garante sua liberdade e legitimidade interna — fazendo com que qualificativos como "negra" ou "da libertação" possam, à primeira vista, parecer desnecessários —, há também uma dimensão de dependência externa ligada ao contexto histórico-social (Boff, 1977, p. 501-502).

Os teólogos elaboram suas reflexões a partir de contextos sociais e eclesiais concretos, sendo influenciados por eles. O refletir cristológico sempre dialoga com o momento histórico. Como Jesus Cristo é reconhecido como aquele que dá sentido à vida e ao universo, as transformações filosóficas, culturais, sociais e existenciais transformam as formas de compreender quem Ele é e o que Ele significa (Ferraro, 2021, p. 51). É nesse diálogo com o contexto histórico que a reflexão da Cristologia Negra encontra sua legitimidade, articulando o nível externo (o aspecto relevante) com o nível interno (aspecto de pertinência) possibilitando que o labor teológico estabeleça um verdadeiro diálogo com a situação do povo negro.

2. A DINÂMICA EXTERNA E INTERNA DA CRISTOLOGIA NEGRA

2.1. DINÂMICA EXTERNA: O CONTEXTO RACIAL E SOCIAL DO POVO NEGRO

A cristologia negra libertadora está enraizada na experiência espiritual e na realidade de homens e mulheres negros que são vítimas de racismo e exclusão social no Brasil. O objetivo dessa análise é identificar os mecanismos que produzem essa realidade desumana e construir uma práxis amorosa de libertação integral. O labor cristológico nasce do clamor por libertação e aponta para o futuro do Cristo Negro que reina na liberdade, exigindo que os cristãos antecipem esse futuro por meio de gestos concretos de resistência e justiça (DAp. 533; Boff, 1977, p. 507).

2.1.1. História do genocídio e violência

O processo colonizador português foi marcado pela violência e pela desumanização, transportando cerca de 5 milhões de africanos escravizados para o Brasil, o que representa 40% dos 12,5 milhões que foram desembarcados no Novo Mundo. O regime escravista tinha uma estrutura

1 Papa João Paulo II promoveu um ato de reparação, no qual pediu perdão e encorajou a população afro-diaspórica a manter a esperança diante da adversidade. Em discurso proferido na ilha de Gorée, Senegal (1992), o mesmo Papa condenou o sequestro violento das populações africanas — arrancadas de suas terras, culturas e tradições — classificando-o como um "comércio vergonhoso". Ele também fez uma crítica direta ao envolvimento de indivíduos batizados que participaram do tráfico, atuando em desconformidade com os princípios da fé cristã. Dando continuidade à denúncia profética, o Papa Francisco, na Carta Encíclica Fratelli Tutti, classificou o racismo como uma prática desprezível de descarte que persiste e se adapta ao longo do tempo (Mensaje de la Santa Sede a los Afroamericanos, Consejo Episcopal Laticoamericano y caribeño, (Celam), 1992, item 1.6., FT, n. 20 e 97).

de violência contínua, caracterizada pela captura desumana ("caçado como bicho"), condições fétidas na travessia transatlântica, trabalho servil exaustivo, fome e castigos físicos severos, como o açoitamento (Gomes, Laurentino, 2019, p. 24; Branco 1988, p. 67).

A técnica punitiva era sadista, visando incutir pavor e forçar o escravizado a aceitar a punição como algo para o "seu bem". O negro assumiu o papel simbólico do "mal", sendo punido com maior severidade e "mais raiva" do que o índio. Essa severidade residia na racialização, pois o negro era percebido como "mais bárbaro e mais feio" em virtude de sua cor, intensificando a repulsa, o "nojo". Tudo era feito para aniquilar a sua própria identidade, todo ato colonizador desumaniza o ser humano, inclusive o próprio agente que coloniza ao enxergar o outro como animal, degrada a sua própria humanidade. O trabalho escravo consolidou a desvalorização do trabalho manual na sociedade brasileira (Branco, 1988, 68; Césaire, 2020, 21-23).

Após a Lei Áurea (1888), ainda havia 700 mil pessoas ainda escravizadas, a barbárie foi revestida de outra forma. O chamado "Ato Abolicionista" não representou uma ruptura estrutural, mas uma reconfiguração da exclusão. O Estado e a sociedade se eximiram de responsabilidade, relegando os descendentes africanos à marginalidade econômica, política e social. As classes dirigentes, movidas pelo racismo, condenaram os negros a uma nova forma de servidão, preferindo trabalhadores europeus para a "modernização". Assim, os negros foram transformados nos "deserdados" da República, levando a uma desumanização, humilhação e perda de autoestima (Nascimento, 2025, p. 79).

2.1.2. Racismo e classe social

O racismo surgiu para justificar a dominação europeia. O conceito de racismo estrutural, o mais importante, segundo Silvio Almeida, é a base de todas as formas de racismo, estando ligado à escravidão e ao colonialismo. Ele se manifesta nas instituições, racismo institucional, garantindo interesses econômicos e políticos, e nas atitudes pessoais que é conceituado meramente como uma anomalia ou uma questão ética, tal compreensão deste ato deplorável não pode ser aceito desta forma, mas um elemento central da própria ordem social, que organiza e justifica as desigualdades no sistema de trabalho e o acesso desproporcional à riqueza e aos recursos sociais (Almeida, 2020, p. 36-52).

O racismo estrutural faz com que raça e classe se entrelacem como fatores determinantes das hierarquias sociais no Brasil. O Censo de 2022 demonstra que a maioria da população brasileira se declara preta ou parda (aproximadamente 56,1%) (IBGE, 2023ª) e essa população, em sua maioria, ainda vive em condições de vulnerabilidade social, desnutrição, desemprego, analfabetismo, carência habitacional, e falta de acesso a serviços de saúde e a bens básicos para a garantia mínima de uma vida digna (IBGE, 2023ª). Além disso o que nos chama a atenção é alta taxa de violência na população negra e as maiores vítimas são os jovens (Atlas da Violência, 2023). A taxa de analfabetismo entre pretos e pardos foi mais que o dobro da registrada entre brancos (IBGE, Censo 2023b). No campo religioso, os dados apontam que a maioria da população brasileira se declarou católica; contudo, não há recorte racial publicado na divulgação principal do censo (IBGE, 2023c)

O racismo desempenha uma função de organizar e justificar as desigualdades presentes nos sistemas de trabalho. Essa função existiu tanto no período da escravidão quanto no modelo atual de trabalho assalariado. Consequentemente, o racismo garante que o acesso à riqueza e aos recursos sociais continue a ser distribuído de forma desigual. O sistema capitalista, por sua vez, é responsável por promover o avanço da ciência e da tecnologia, o que leva ao aumento da produção de mercadorias. Contudo, o capitalismo fundamenta-se na exploração do trabalho. Devido a essa base exploratória, os benefícios gerados por esse progresso tecnológico não são distribuídos de maneira justa para toda a população (Oliveira, 2021, p. 66-69. 75).

2.1.3. Identidade negra e negritude

A identidade negra é concebida como um processo complexo de autorreconhecimento e autoafirmação do indivíduo como pertencente ao grupo racial negro. Trata-se de um construto multifatorial que integra e articula dimensões históricas, sociais, culturais, políticas, linguísticas e pessoais. Elementos cruciais neste processo incluem a ancestralidade e as experiências resultantes da incidência do racismo. A consolidação dessa identidade se manifesta na dialética entre a maneira como o indivíduo se percebe e a forma como é apreendido e categorizado pela estrutura social (Munanga, 2025, p. 12-14).

A Negritude, termo formulado por Aimé Césaire, não é um determinismo biológico, mas uma categoria histórico-cultural que expressa a totalidade das experiências vividas por séculos de dominação, escravidão e racismo. Ela é a síntese da memória coletiva marcada pela violência da diáspora e simboliza a resistência ativa. A negritude constitui uma postura existencial e política, um modo de ser no mundo que recusa a alienação e afirma a dignidade da experiência negra. É um "combate contra a desigualdade" e um "rechaço da opressão" (Césaire, Aimé, 2020, 24-25; 2022, p. 220-222).

2.1.4. Resistência do povo negro no Brasil

2.1.4.1. Período escravista

A historiografia do período escravista brasileiro demonstra que a resistência negra se manifestou de maneira multifacetada, desafiando consistentemente a narrativa de passividade frequentemente imposta aos escravizados. Munanga destaca que as estratégias de oposição ao sistema escravista transcenderam as formas mais evidentes de revoltas e fugas. A resistência também se concretizou pela preservação cultural, por meio da manutenção das religiões, culturas e línguas africanas. Tais práticas funcionavam como um mecanismo de criação de espaços de autonomia dentro de um regime de opressão (Munanga, 2020, p. 67-90).

Os quilombos são um exemplo emblemático de resistência organizada. Comunidades como o Quilombo de Palmares ilustram a capacidade dos negros de construir espaços autossustentáveis. Nestes locais, eles não apenas mantinham suas tradições africanas, mas também ofereciam refúgio e proteção a outros indivíduos que escapavam da escravidão. A Revolta dos Malês, em 25 de

janeiro de 1835, serve como um caso notável. Liderada por africanos muçulmanos, esta insurreição demonstrou o esforço dos escravizados em buscar a liberdade e, simultaneamente, preservar suas crenças e identidade religiosa frente à imposição cultural (Munanga, 2020, p. 90-98).

2.1.4.2. Período pós-abolição ao movimento contemporâneo: a luta pela Justiça Integral

A resiliência negra transcende a Lei Áurea. Isso se deve ao fato de que a abolição não estabilizou a situação social, permitindo a persistência de desafios estruturais graves, como a negação de direitos, a exclusão social, a marginalização e a pobreza. Essa permanência da injustiça exige uma luta contínua pela liberdade e pela construção dos direitos fundamentais (Munanga, 2020, p. 107-115).

Nesse cenário de persistente desigualdade, o movimento negro contemporâneo busca afirmar a identidade afro-brasileira, combater o racismo e promover a igualdade de direitos. Esse compromisso se traduz em ações afirmativas, notadamente a defesa de cotas universitárias e a implementação de leis. Um exemplo é a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira. Adicionalmente, a valorização da cultura afro-brasileira (englobando música, dança e literatura) é ressaltada como uma expressão fundamental de identidade e resistência contra a opressão histórica. Assim, a resistência negra engloba movimentos históricos, culturais e educacionais, evidenciando a luta contínua por reconhecimento e igualdade (Munanga, 2020, p. 107-115).

2.1.4.3. Resistência na ditadura: a força do sagrado

Durante o regime militar (iniciado em 1964), marcado pela repressão, censura e criminalização das manifestações negras, a resistência manteve-se ativa mediante adaptação e estratégias mais sutis. Neste período adverso, o movimento negro utilizou espaços religiosos, como igrejas e terreiros de candomblé, como locais vitais para a resistência simbólica e a preservação cultural. O fortalecimento da produção cultural negra (música, literatura, artes) serviu como forma de expressão e denúncia das desigualdades raciais. A resistência durante a ditadura, marcada pela adaptação e o uso de estratégias culturais e religiosas, confirma a resiliência impulsionada pela fé na luta contra o racismo e pela afirmação da identidade negra (Munanga, 2020, p. 128-132).

2.2. DINÂMICA INTERNA: A SACRAMENTALIDADE DO POVO NEGRO

A cristologia negra libertadora compreende a situação do povo negro como uma realidade "sacramental" da presença viva do Verbo encarnado. Santo Atanásio ensina que um dos efeitos da encarnação é revelar que o Verbo de Deus preenche toda a realidade com sua presença. Assim, a vida e a luta de homens e mulheres negros podem ser reconhecidas como lugar de manifestação do Verbo, que clama por liberdade, justiça e vida. (Atanásio, Santo, 2024, p. 134-135, 187, 143).

A reflexão cristológica contemporânea postula que a pessoa e a missão de Jesus Cristo não podem ser compreendidas de maneira abstrata, mas sim em seu enraizamento histórico, cultural

e relacional. Jesus de Nazaré, sendo o Cristo e o Filho de Deus, se encarnou em uma realidade concreta – no seio de um povo, cultura e tempo específicos – para anunciar o Reino de Deus a toda a humanidade (Jo 1,14) (Fabris, 1988, p. 59-90).

A Teologia da encarnação é a base da teologia da inculturação, conforme São João Paulo II, a inculturação é definida como a encarnação do Evangelho nas culturas autóctones, o que garante a aplicabilidade universal da mensagem cristã. O objetivo primordial deste processo de encarnação é duplo: permitir que o Evangelho se manifeste de modo orgânico e respeitoso e garantir que a mensagem central da fé cristã não seja descaracterizada. Seguindo este princípio, evita-se que a proclamação da Boa Nova do Reino seja percebida pelas comunidades receptoras como uma imposição externa ao seu tecido social e cultural, promovendo, assim, um autêntico diálogo entre o Evangelho e a cultura (São João Paulo II, 1985, n 21 e 26)

A mensagem cristológica assume um significado singular para a comunidade negra da diáspora, pois ilumina sua história de escravidão, exclusão e resistência, reforçando sua esperança na restauração plena da dignidade. A Encarnação, a Cruz e a Ressurreição são eventos que tocam profundamente a realidade dos povos oprimidos, conclamando-os a aderir a um projeto libertador e comunitário.

A Encarnação do Verbo é o núcleo do mistério cristológico: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1,14). Este evento teológico significa que Deus não se revela de modo desencarnado, mas assume plenamente a condição humana e partilha nossa história, nossas dores e esperanças. É na humanidade de Jesus que se encontra o divino, e por meio dele, Deus se aproxima de todos que sofrem na vida. O ministério de Jesus foi profundamente situado em um contexto sociopolítico marcado pela dominação romana e por tensões religiosas. Ele reinterpretou a tradição de Israel à luz da misericórdia do Pai, revelando o rosto misericordioso de Deus em suas atitudes (Ferraro, 2021, p. 51-67; Castillo, 2015, p. 236 e 288).

A teologia negra, particularmente através da cristologia negra libertadora, articula a presença divina no sofrimento e na luta dos oprimidos de maneira profunda e transformadora, estabelecendo a experiência do povo negro como o local privilegiado dessa manifestação. Cone afirma que Encarnação revela que Deus, em Jesus Cristo, assume a condição humana e solidariza-se com a miséria da humanidade. Para a experiência negra, isso significa que a verdadeira humanidade é reconhecida na aceitação de Cristo, unindo dialeticamente negritude e divindade mantendo a unidade na diferença. Assim, a centralidade da experiência negra encontra fundamento teológico no testemunho das Escrituras sobre Jesus Cristo (Cone, 2020a, p. 82; Silva, 1988, p. 59). O Deus da teologia negra é aquele que se manifesta na libertação dos oprimidos. Essa manifestação segue o padrão bíblico e cristológico. Deus revelou-Se libertando o povo de Israel (Cone, 2020a, p. 117-118).

Em Jesus Cristo, que foi oprimido e crucificado, Deus se revelou novamente. Hoje, Ele também se revela nas lutas dos povos que sofrem. A realidade de sofrimento e exclusão, fruto do pecado social manifestado no racismo e na exclusão social, contradiz o desígnio salvador do Deus Negro. A presença divina, portanto, se articula em oposição a essa opressão (Cone, 2020a, p. 126-130).

Jesus é o modelo de confrontação com a opressão. Suas palavras, gestos e atitudes revelam que Ele não compactuou com o sistema opressor de sua época. Sua pregação levou ao confronto com as estruturas dominantes. Sua morte e ressurreição testemunham essa imagem transformadora do Jesus Negro Libertador, que permanece como força transformadora. O Cristo Negro é aquele que veio ao mundo para renovar a humanidade, libertando-a do pecado e concedendo-lhe vida nova. A missão da cristologia negra é anunciar o Cristo Negro como aquele que possibilita a plena renovação da vida e comunica essa novidade a toda a família humana (Cone, 2020a, p. 126-130).

A presença divina no sofrimento e luta não é apenas uma promessa futura, mas uma esperança que começa a se concretizar no presente. O Cristo Negro anuncia a libertação plena do Reino de Deus, que já se manifesta na história por meio de libertações parciais em diferentes dimensões da vida. A salvação significa ser libertado da escravidão e escolher viver na liberdade (Gl 5,1; 2Cor 3,17), dizendo "não" ao medo e "sim" à força que a liberdade oferece (1Jo 4,18). O compromisso exigido pela fé, que reconhece o racismo e a pobreza como pecado social, é de uma libertação integral que exige mudanças históricas e culturais profundas, indo além das transformações pessoais para alcançar as dimensões institucionais e estruturais (Cone, 2020a, p. 128).

3. JESUS CRISTO NEGRO E O ANÚNCIO DO REINO DE DEUS

3.1. FUNDAMENTO DA CRISTOLOGIA NEGRA E O PONTO DE PARTIDA

O fundamento essencial de toda a reflexão cristológica neotestamentária reside na ressurreição do crucificado. Se a trajetória de Jesus de Nazaré tivesse se encerrado com sua morte na Sexta-Feira da Paixão, toda a proclamação eclesial perderia a sua razão de ser (1Cor 15,14). A proclamação apostólica testifica este evento, afirmando que Deus ressuscitou a Jesus, constituindo-o como Senhor e Cristo (At 2,32.36) (Forte, 1985, p. 87-88).

As fórmulas querigmáticas neotestamentárias articulam, de modo inseparável, o Jesus histórico e o Ressuscitado. Essa articulação expressa simultaneamente a "ruptura" provocada pela cruz e pela ressurreição na história de Jesus, e a "continuidade" entre o Jesus pré-Pascal e o Cristo pós-Pascal. O evento crístico é o ponto onde história e fé se integram em um único sujeito. Assim sendo, o crucificado e o ressuscitado estão bem articulados na reflexão do Novo Testamento, e não há oposição entre o exaltado e o preexistente, nem entre a cristologia "de baixo" e "do alto" (Palácio, 1999, p. 56-68; Sesboüe, 1997, p. 48-50).

A Cristologia Negra tem seu ponto de partida o Jesus histórico, mas é crucial reconhecer que a pessoa de Jesus e sua mensagem são mediações da presença de Deus. Sem esse reconhecimento, sua reflexão pode incorrer em um equívoco. Pois a mesma, já se encontra, de algum modo, iluminada pela cristologia de cima. As duas perspectivas cristológicas a "de baixo" e a "do alto" se completam mutuamente e nascem do mistério pascal. Sem esse pressuposto fundamental não seria possível desenvolver qualquer reflexão cristológica (Sesboüe, 1997, p. 80-84; Segalla, 1992, p. 120-123; Feiner, 1973, 79-115).

3.2 RELEVÂNCIA DO JESUS HISTÓRICO PARA A CRISTOLOGIA NEGRA

A teologia Negra quer "saber quem era Jesus, porque cremos ser a única maneira de avaliarmos quem ele é. Se não há informação históricas a respeito do caráter e comportamento desse galileu do século primeiro em particular então fica impossível determinar o modo de sua existência" (Cone, 2020a, p. 190).

A relevância do Jesus histórico para a Cristologia Negra reside na necessidade de compreender sua identidade e modo de existência através de informações concretas sobre sua vida e comportamento como galileu do século primeiro, conforme argumenta Cone. As coordenadas históricas, atitudes e o modo de ser do Jesus Negro são fundamentais para que seus discípulos possam seguir seus passos, vivendo suas atitudes e sentimentos. As coordenadas histórias, atitudes e modo de ser do Jesus Negro são importantes para que seus discípulos e discípulas (Cone, 2020a, p. 190-191; Palácio, 1999, p. 46-49).

Para a Cristologia Negra, o Jesus histórico é crucial devido ao isomorfismo estrutural existente entre o contexto sociopolítico e religioso da época de Jesus de Nazaré e a realidade contemporânea de discriminação, exclusão e opressão vivenciada por pessoas negras e pobres. Essa realidade é vista como uma contradição ao plano histórico salvífico (Boff, 1977, p. 512). O Jesus histórico conecta os indivíduos ao seu projeto de salvação e às suas práticas libertadoras, que se manifestam na proclamação e concretização do Reino de Deus Negro (Lc 4,16-21). Este projeto possui um caráter libertário que inevitavelmente gera conflitos, pois Jesus assume um papel profético, denunciando as estruturas que se opõem à vontade do seu Abba Negro. Ele é concebido como um Deus que se aproxima da história para libertar homens e mulheres negros de toda opressão, convocando-os a uma vida digna, livre e plena (Pagola, 2011, p. 399-427; Cone, 2020b, p. 191). A representação teológica do Jesus Negro postula a necessidade de uma conversão autêntica. Tal conversão ultrapassa o mero reconhecimento da divindade, inclui a rejeição explícita da soberania e do Reino de Deus. Nesta matriz hermenêutica, o pecado é concebido como a negação histórica do desígnio divino, demandando sua erradicação tanto no âmbito das interações interpessoais quanto das estruturas sociais. Consequentemente, a adesão converte-se em um critério ético-histórico, transcendendo a mera experiência subjetiva ou simbólica, e conferindo seriedade à aceitação do Reino do Abba Negro (Sobrino, 1983, p. 72; Cone, 2020b, p. 183-184).

O Jesus Negro, longe de ser apenas um exegeta da realidade, atua como um agente que exige sua profunda transformação, visto que o pecado corrompe a plenitude da existência humana. Esta corrupção manifesta-se em atitudes e estruturas de opressão que contradizem o projeto salvífico de Deus. Nesta perspectiva teológica, o Jesus Negro manifesta o semblante do Abba Negro, ao balizar o caminho em direção a Ele. Isso exige um compromisso intransigente com a transformação da realidade que se coloca em oposição ao projeto divino de amor e libertação (Mt 25,31-46). Aqueles que aderem à sua mensagem são convocados a integrar o Reino do Abba Negro mediante uma práxis fundamentada no amor, na justiça e no serviço (Sobrino, 1983, p. 72; Cone, 2020b, p. 183-184). O Jesus histórico, em contraste com a validação das estruturas de pecado e dominação (contemporâneas ou passadas), por sua atitude profética institui uma crise no âmbito

da pessoa e do mundo que está ao seu redor. Ele opera a desestabilização tanto individual quanto das estruturas de dominação, exclusão e racismo que historicamente se sedimentam nas interações sociais (Is 58,6-7). A totalidade de sua existência (vida, paixão/cruz) e o evento ressurrecional sinalizam o sentido escatológico da história, impelindo os discípulos a uma vigilância proativa e a um compromisso ativo na busca pela liberdade e pela justiça social (Lc 4,18–19; Lc 11,42; Mt 6,33) (Boff, 1977, p. 513; Cone, 2020a, p. 202-204). "As pessoas negras podem lutar pela liberdade e justiça, porque Aquele que é seu futuro é também o fundamento da sua luta pela liberdade. Sabemos que temos uma liberdade que não é feita por mãos humanas" (Cone, 2020a, p. 203).

3.3. UNIVERSALIDADE DO REINO DO DEUS NEGRO E SEUS DESTINATÁRIOS

O Reino de Deus, central no ministério de Jesus, é uma realidade que ultrapassa todas as fronteiras humanas, sejam elas étnicas, nacionais ou religiosas. O Deus do Reino é caracterizado como "imparcial" (Dt 10,17), permitindo que qualquer indivíduo, mesmo aqueles que não pertencem ao povo da aliança, possa entrar no Reino por meio da fé e da conversão. Assim, o cerne da mensagem de Jesus não se restringe a um grupo privilegiado de discípulos, mas está aberto a todos, constituindo a partilha do Reino com a humanidade inteira e com todas as religiões o ponto fulcral da sua proposta (Dupuis, 2004, p. 51).

a. Magna carta do Reino do Abba Negro e a abertura universal

O ensinamento mais íntimo e profundo de Jesus está consubstanciado nas Bem-aventuranças e no Sermão da Montanha (ou da Planície). Embora a Magna Carta do Reino seja por vezes interpretada como destinada apenas ao círculo íntimo de seguidores, uma leitura mais plausível a entende em sua universalidade e abertura a qualquer pessoa disposta a acolhê-la. O Sermão, na verdade, parece ser uma compilação de ditos dirigidos a diversos grupos, incluindo explicitamente "as multidões" e uma "grande massa de povo de toda a Judéia, de Jerusalém e do litoral de Tiro e de Sídon" (Lc 6,17-18). Conclui-se que o ensinamento é vocacionado a todos os homens e mulheres que desejam escutá-lo e que são chamados a praticar os 'valores do Reino' (Dupuis, 2004, p. 51-52).

b. Opção preferencial pelos deserdados

Dentro desse contexto universal, a opção preferencial pelos pobres assume uma importância central. A versão lucana da primeira bem-aventurança ("Felizes, vós, os pobres, o Reino de Deus são vossos" (Lc 6,20) estabelece que o Reino se destina prioritariamente aos deserdados. Embora a fórmula de Mateus trate dos "pobres de coração" (cf. Mt 5,3), essa visão converge, pois, os verdadeiros pobres são também os 'simples' e os abertos a Deus, entre os quais estavam muitos 'estrangeiros' (Dupuis, 2004, p. 51-52).

A bem-aventurança dos que têm "fome e sede da justiça" (Mt 5,6) refere-se aos pobres e àqueles que lutam pela justiça em toda a sua amplitude, manifestando o Reino de Deus no meio social, independentemente da pertença religiosa. Na contemporaneidade, essa dimensão, adquire um cunho profético, pois propõe a inclusão universal dos marginalizados, pobres e oprimidos. O ensinamento de Jesus se dirige, primordialmente, aos excluídos (Dupuis, 2004, p. 51-52).

Esta perspectiva manifesta a preferência divina, a qual é revelada através da bem-aventurança destinada àqueles que "têm fome e sede da justiça". A busca por essa justiça demanda uma luta ativa "contra as estruturas injustas que mantêm o status quo da injustiça". O compromisso com a justiça social em favor dos oprimidos é, assim, uma manifestação do Reino de Deus. Essa teologia atinge seu ápice na identificação de Jesus com os excluídos. Jesus não se limita a estar a favor dos pobres, mas identifica-se pessoalmente e se associa a eles, corporificando o envolvimento do Deus Negro na condição dos oprimidos (Dupuis, 2004, p. 53-54).

4. MORTE E RESSURREIÇÃO DE JESUS NEGRO: A SOLIDARIEDADE DO ABBA NEGRO

4.1. MORTE DE CRUZ: PRÁXIS LIBERTADORA E SOLIDÁRIA

A Via Crúcis e a morte de Jesus são interpretadas teologicamente como a consequência direta de suas práxis libertadora e solidária. A vida de Jesus foi dedicada ao serviço do Reino de Deus, ao "Abba Negro". Este Pai se manifesta na iminência e na proximidade com os marginalizados, especialmente os pobres, as vítimas do racismo e os excluídos (Sobrino, 1985, p. 212-219).

O povo crucificado da época de Jesus vivia em uma realidade de negatividade, marcada pela miséria, injustiças, opressão social e religiosa, e severa discriminação racial. Jesus, em nome de seu Abba Negro, realizou uma vigorosa denúncia contra a opressão e a hipocrisia religiosa da época, questionando estruturas estabelecidas, normas sabáticas e instituições vigentes. O percurso de Jesus de Nazaré foi marcado por uma postura de serviço ativo ao Reino, nunca adotando a neutralidade. Sua atuação histórica representou uma oposição direta ao status quo vigente, combatendo as forças que desumanizam o indivíduo e o conduzem à morte, cuja raiz última é identificada como o pecado (Rubio, 2001, p. 73; Duquoc, 1992, p. 106-114).

Sua fidelidade inabalável e sua obediência ao Pai culminaram em uma solidariedade radical com os pobres, os negros e todos os oprimidos da terra. Essa prática, centrada na proclamação do Reinado do "Abba Negro" e na defesa dos marginalizados, provocou intensa perseguição. A vida de Jesus, caracterizada pelo empobrecimento voluntário, representou uma ameaça concreta aos grupos poderosos da época, tanto os detentores do poder religioso quanto do poder político opressor (Rubio, 2001, p. 73; Duquoc, 1992, p. 106-114).

Em razão de sua missão, a morte de Jesus não deve ser interpretada como um erro em seu percurso, mas sim como a consequência inevitável de seu caminho de amor-serviço a Deus e aos pobres, numa estrutura marcada pela dominação, fruto do pecado. Jesus alcançou progressivamente a consciência de que sua perseguição o levaria a um fim violento, sua morte não se daria por causas naturais (Sobrino, 1983, p. 294-299).

O processo de condenação à morte foi planejado pelo sumo sacerdote Caifás e culminou com Pôncio Pilatos proferindo a sentença de crucificação. Jesus foi submetido a tortura brutal por seus algozes e carregou o patíbulo da cruz até o monte Calvário, sendo executado pelos soldados romanos sob a autoridade do Governador. Em seus momentos finais na cruz, seu clamor a Deus: "Deus meu, Deus meu, por que me abandonastes" (Mc 15, 34, Mt 27, 46) utiliza a invocação "Eloi, Eloi", diferenciando-se do tratamento

íntimo "Abba" usado anteriormente. Este evento culmina na entrega total de sua vida nas mãos daquele que o amava incondicionalmente, o seu Pai querido (Pagola, 2011, p. 443-487).

A existência histórica de Jesus, marcada pelo empobrecimento até a entrega final na cruz constituiu o fundamento para que as comunidades cristãs primitivas o reconhecessem e proclamassem como o Salvador escatológico, gerando diversos modelos explicativos sobre sua eficácia redentora. A fidelidade e obediência de Jesus ao Pai resultaram em uma solidariedade radical com os pobres, os negros e todos os oprimidos da terra. Sua existência histórica, marcada pelo empobrecimento voluntário até a entrega final na cruz, forneceu o substrato para que as comunidades cristãs primitivas o proclamassem como Salvador escatológico, o que gerou diversos modelos explicativos de sua eficácia redentora, explicitando a rica e complexa identidade de Jesus (Sobrino, 1985, p. 59-63; Rubio, 2001, p. 119-154, DT, n 16-34).

Teologicamente, a morte de Jesus é percebida como a epifania da liberdade de Deus, pois Ele assume integralmente sobre si a opressão humana. Em contrapartida, a ressurreição manifesta que a soberania divina é invencível diante da opressão; Deus transforma essa opressão em uma possibilidade concreta de liberdade (Cone, 2020a, p. 134-135).

4.2. RESSURREIÇÃO DO JESUS NEGRO: LIBERTAÇÃO ANTECIPADA E DEFINITIVA

A Ressurreição de Jesus Cristo, sob uma perspectiva teológica e escatológica, transcende o conceito de um mero retorno à vida terrena. É definida como o ingresso e o renascimento em um tempo diferente e transcendente, situado no próprio Reino de Deus. Este evento é caracterizado como a revelação de uma realidade alternativa—um outro modo de existência, tempo e lugar (Moingt, 2010, p. 318-329).

A Ressurreição é classificada como o evento derradeiro, ou escatológico. Ela marca a irrupção dos tempos finais (a manifestação daquilo que estava por vir), nos quais Deus intervém no mundo para julgá-lo com Seu amor justo e misericordioso, estabelecendo Sua glória e Seu reino. O significado teológico fundamental da vida de Jesus reside na totalidade do Mistério Pascal (sua morte e ressurreição). Esse mistério eleva a vida de Jesus, caracterizando-o como o oprimido por excelência, e revela a presença imanente de Deus em todos os aspectos que constituem a liberdade humana (Cone, 2020b p. 195-197; 2020a, p. 135).

A Morte de Jesus é percebida como a epifania da liberdade de Deus, pois Ele assume integralmente sobre Si a opressão humana. E sua ressurreição manifesta que a soberania divina não pode ser vencida pela opressão. Pelo contrário, Deus transforma essa opressão em uma possibilidade concreta de liberdade para a humanidade. Neste panorama escatológico, a Ressurreição adquire um significado profundo, configurando-se como a plenificação da Vida e representando a última palavra do Deus Negro para Seu Filho e para toda a humanidade. A Ressurreição abre o horizonte de libertação dos poderes da destruição e da morte. O Apóstolo Paulo associa-a diretamente à aniquilação do poder da morte (Rm 6,9. 9,15); para aqueles que creem, a fé permite que essa realização plena e antecipada comece a operar imediatamente,

erguendo as pessoas libertando-as do poder de todas as opressões (Moingt, 2010, 318-329; Cone, 2020b, p. 195-197; Moltmann, 1994, p. 324).

5. FÉ CRISTOLÓGICA DOS NEGROS E NEGRAS DA DIÁSPORA

A Cristologia Negra é uma construção teológica que se funda na experiência de fé da população negra inserida no contexto da diáspora. Esta abordagem estabelece uma correlação visceral e imediata entre a Paixão de Jesus e o sofrimento imposto pelo sistema escravocrata.

O itinerário da cruz constitui o ponto de partida fundamental da espiritualidade da comunidade negra. O Jesus das Dores, ou o Cristo crucificado (Servo Sofredor), é assumido como a figura central, o que permite à comunidade contemplar e validar suas próprias experiências históricas de opressão e dor. Jesus é reconhecido não apenas como mártir, mas como o Deus que se solidariza integralmente com o sofrimento humano.

Devido a essa identificação teológica e histórica com a dor, a população negra e pobre tendeu, historicamente, a identificar-se com maior intensidade com a Sexta-feira da Paixão do que com o evento da ressurreição. É crucial reconhecer que esta espiritualidade da cruz é uma vivência genuína, forjada pela sua experiência histórica de sofrimento e esperança, e não apenas uma observância externa das formas religiosas. Apesar da primazia do sofrimento, a concepção cristã negra mantém a dualidade em Jesus, concebendo-o simultaneamente como "o homem das dores e libertador de todas lagrimas". Desse modo, consolida-se uma correlação intrínseca entre o Jesus Servo Sofredor e o Jesus Negro Libertador-Salvador.

Os sofrimentos vivenciados na escravidão são inseridos em uma perspectiva libertadora. A dor, longe de produzir um efeito anestesiante, é convertida em um estímulo para a luta pela emancipação. Para os grupos marginalizados (negros e pobres), a fé no Cristo Sofredor atua como um símbolo de protesto contra a humilhação, constituindo uma fonte de resistência. A aceitação da pessoa de Jesus libertador pela comunidade negra manifesta a expressão soteriológica do Reinado do Abba Negro anunciado por ele, simbolizando a justiça e a solidariedade divina para com os oprimidos (Lc 4,18).

A ressurreição do Servo Sofredor estabelece o fundamento escatológico da esperança para a comunidade negra na diáspora. Este evento central da fé cristã é reinterpretado como o marco inaugural para a superação de todas as formas de servidão histórica e existencial. A esperança libertária abrange a superação das misérias, da opressão, da violência punitiva, dos castigos, da fome, da sede, e do sofrimento inerente ao deslocamento e ao exílio. A fé depositada no Cristo das lágrimas e no Senhor Ressuscitado conferiu aos negros e negras da diáspora a capacidade de resistência, possibilitando uma jornada messiânica em direção à plena Liberdade, que se manifesta na realidade soberana e transcendente do Deus Negro (Cone, 2020a, p. 201-209).

Para os povos africanos trazidos ao Brasil, a dimensão encarnatória teve implicações decisivas para a teologia contextual. Apesar da catequese colonial frequentemente marcada pela violência, houve uma recepção criativa do Evangelho. Grupos africanos identificaram

na mensagem cristã convergências com suas próprias concepções de comunidade e espiritualidade. A Encarnação tornou-se, assim, boa notícia para os escravizados: Deus é o Deus conosco, que assumiu a carne humana, partilhou o sofrimento e ofereceu uma nova possibilidade de vida. James Cone reforça essa ideia ao afirmar que Deus "assumiu a negritude e se juntou na luta pela libertação negra". Portanto, a encarnação do Cristo Negro entra no mundo estabelecendo um diálogo com as culturas afro-diaspóricas, ressignificando a figura de Cristo como uma presença de solidariedade, resistência e esperança (Silva,1988, p. 53-56; Cone, 2020b, p. 145. 130-133.; id., 2020a, p. 197.189).

6. O SEGUIMENTO DE JESUS NEGRO COMO EXPRESSÃO DO COMPROMISSO DE LIBERTAÇÃO INTEGRAL DO POVO NEGRO E POBRE

O seguimento do "Jesus Negro" revela-se como um caminho de identificação profunda com o amor de Deus e com a realidade dos pobres e negros oprimidos. Este discipulado não é uma abstração, mas uma resposta concreta ao "Eu te amei" que o Senhor dirige aos que têm pouca força e são desprezados. Seguir Jesus exige reconhecer que o afeto pelo Senhor é indissociável do afeto pelos pobres, pois o próprio Cristo afirmou que o que fizermos aos "mais pequeninos", a Ele o fazemos. Este caminho parte da revelação de um Deus que vê a opressão e ouve o clamor do seu povo; ignorar esse clamor é distanciar-se do coração de Deus (DT 5 e 8).

Os Padres da Igreja ensinam que o pobre é um acesso privilegiado a Deus. São João Crisóstomo alertava que a caridade não é opcional, mas o critério do verdadeiro culto: adornar o altar enquanto Cristo morre de fome no pobre é uma ofensa grave. Na contemporaneidade, essa vocação manifesta-se no serviço onde o Senhor se encontra mais desfigurado, seja em hospitais de campanha ou nas periferias existenciais e geográficas habitadas pela maioria de pobres e negros. É necessária uma "atenção amiga" que responda a essa realidade (DT 39, 41, 42,11).

A existência das populações negras e empobrecidas inscreve-se sob a égide do Reino, manifestando uma estrutura pascal de morte e ressurreição. Estabelece-se uma correlação intrínseca entre a Paixão de Cristo e o sofrimento histórico imposto pelos sistemas escravocrata, capitalista e pelo racismo estrutural. Nesse cenário, o rosto do Cristo sofredor é identificado na face do povo pobre, negro e marginalizado, revelando um Deus que se solidariza com a miséria humana a ponto de assumir a ontologia negra para colocar-se ao lado dos oprimidos (DT 2, 8, 9)

Os paradigmas da cruz e da ressurreição consolidam-se como eixos fundamentais: a cruz desvela a gravidade da opressão, enquanto a ressurreição assegura que a libertação integral já opera no presente mediante a fé. A perspectiva escatológica do Reino do Abba Negro impele todos os discípulos e discípulas a prosseguir na causa de Jesus, visando a restauração da dignidade humana através da força do Espírito (Boff, 1977, p. 522).

O seguimento exige atenção às múltiplas faces da pobreza, especialmente à das mulheres, que sofrem exclusão e violência duplas, e à de jovens e crianças negras que gritam por vida. No contexto da negritude, seguir o Cristo Negro significa reconhecer que a Sexta-feira da Paixão se manifesta na exclusão social e no racismo, enquanto a Ressurreição é a esperança da vitória sobre o pecado que desumaniza tantos homens e mulheres (DT 12,14,19).

Este seguimento contemporâneo exige enfrentar as causas estruturais da pobreza e a "escassez de recursos sociais" decorrente da irresponsabilidade política. A Igreja adverte contra a "estrutura de pecado" que torna normal ignorar os excluídos. O povo negro cristão, ao atravessar sua "Sexta-feira da Paixão", fundamenta-se na esperança de que a última palavra é a vitória da sabedoria do Abba Negro sobre todas as formas de escravidão (DT 67, 88. 93, 95).

Portanto, o seguimento cristão demanda, portanto, a tradução da utopia do Reino em práxis concretas de transformação nos âmbitos social, pessoal e eclesial. Sob a perspectiva da Negritude, essa prática adquire um caráter político e existencial de resistência ativa, fomentando a assunção da identidade étnico-racial, e o rechaço sistemático da opressão. O discipulado manifesta-se no combate às desigualdades e na edificação de uma cultura antirracista, utilizando o conceito de isomorfismo estrutural para validar a conexão entre a historicidade de Jesus e a realidade discriminatória enfrentada por negros e pobres na atualidade (DT 16,17, 93. 94).

Atualizar o seguimento do Cristo Negro implica reiterar a opção preferencial pelos injustiçados, negros e pobres, repelindo as estruturas de poder e dominação presentes nas relações sociais e eclesiais. Tal compromisso exige a erradicação do racismo enquanto pecado social, elemento organizador das disparidades que negam a vida digna. Este processo de libertação integral não é isento de conflitos, sendo compreendido como a continuidade do caminho oneroso de Jesus, cuja práxis libertadora desafiou o status quo de sua época (DT 7,16,19). No contexto brasileiro contemporâneo, esse "pro-seguir" a obra de Cristo crucificado - ressuscitado traduz-se no enfrentamento direto aos mecanismos de genocídio e violência que vitimam a população negra, especialmente, crianças, jovens e mulheres.

O amor cristão deve ser traduzido em gestos frequentes e sinceros; sem eles, os sonhos mais preciosos se arruínam. Para que o amor cristão não se perca no "mundo das ideias", ele deve ser alimentado por gestos pessoais e frequentes. A prática da esmola e da ajuda direta é essencial para "tocar a carne sofredora dos pobres", embora a solução definitiva para a pobreza exija inteligência, tenacidade e compromisso com a mudança das estruturas sociais injustas (DT 120).

Para seguir verdadeiramente a Cristo, é necessária uma "atenção amiga", que transcende o auxílio material para alcançar o apreço pela cultura, pelo modo de ser e pela bondade própria do outro. Esta proximidade real e cordial é a condição necessária para um acompanhamento adequado no caminho da libertação integral. Deixar-se evangelizar pelos pobres, torna-se um imperativo para quem busca uma vida simples (DT 101).

O seguimento do Jesus Negro fundamenta-se na identificação profunda com os negros e empobrecidos, culminando no convite de São Gregório de Nazianzo: visitar, alimentar e acolher Cristo nos pobres e negros — que constituem a realidade sacramental da presença do Verbo encarnado — para que possamos ser acolhidos nos templos eternos. O amor cristão é profético, não tem limites e deve realizar o impossível, unindo estranhos e atravessando abismos através de uma práxis de transformação que converta o amor em gestos concretos contra a opressão. "Uma Igreja que não coloca limites ao amor... é a Igreja de que o mundo hoje precisa" Ao agir assim, seja enfrentando o racismo estrutural e as causas do genocídio, ou através de uma "atenção amiga" e ajuda próxima, a comunidade eclesial de discípulos

missionários reconhece a ontologia negra de Deus. Esse compromisso permite que o pobre e o negro sintam a promessa de Jesus: «Eu te amei» (DT 118, 120, 121), manifestando a presença viva do Verbo encarnado que restaura a dignidade humana.

CONCLUSÃO

O propósito central da reflexão apresentado em nosso artigo, intitulado "Cristologia negra libertadora e negritude", consistiu em analisar a fé cristã a partir da experiência histórica de opressão racial e social sofrida pelo povo negro e pobre, abrangendo desde a escravidão até o racismo estrutural contemporâneo. Trata-se de um labor teológico crítico que nasceu de um mundo sofredor, buscando captar temas que resultem na transformação radical de uma determinada realidade sócio-histórica, posicionando-se contra toda forma de opressão e sofrimento.

O ponto chave dessa reflexão é a Negritude, concebida não como passividade ou lamúria, mas como uma categoria histórico-cultural de resistência ativa e um combate contínuo contra a desigualdade e a opressão, um despertar para a dignidade.

O artigo sustenta que a situação do povo negro é uma realidade sacramental da presença do Verbo encarnado, o "Jesus Negro Libertador". Essa identificação de Cristo com os oprimidos é tanto literal quanto simbólica, sintetizada na afirmação de que "Deus se torna negro para estar ao lado dos negros". Assim, a vida e a luta de homens e mulheres negros podem ser reconhecidas como o local de manifestação do Verbo, que clama por liberdade, justiça e vida.

Para sustentar esta tese, o artigo desenvolve o anúncio do reinado do Abba Negro, articulando inseparavelmente o Jesus histórico e o Ressuscitado. O Jesus histórico é crucial para a Cristologia Negra devido ao isomorfismo estrutural entre o contexto de opressão de sua época e a realidade contemporânea dos negros e pobres. A morte de Jesus na cruz é vista como a consequência inevitável e direta de sua práxis libertadora e solidária, uma denúncia vigorosa contra a opressão social, a injustiça e a hipocrisia religiosa, que ameaçava o status quo vigente. Teologicamente, a morte é a epifania da liberdade de Deus, que assume integralmente a opressão humana.

A Ressurreição de Jesus Cristo é o fundamento escatológico da esperança, um evento transcendente que configura a plenitude da Vida e abre o horizonte de libertação dos poderes da destruição e da morte. Ela manifesta que a soberania divina é invencível diante da opressão. A fé no Cristo das Dores e no Senhor Ressuscitado conferiu aos negros e negras da diáspora a capacidade de resistência, possibilitando uma jornada messiânica em direção à plena Liberdade.

Ao deslocar o eixo da reflexão do centro para a experiência do povo oprimido — composto por negros, negras e pobres —, a comunidade eclesial é interpelada a reconhecer, conforme evocado na Exortação Apostólica 'Eu te amei', que o ponto mais vital e revelador da fé não reside no poder estabelecido, mas naqueles que clamam por libertação integral e pelo despertar para a dignidade. É precisamente nessa resistência ativa e no compromisso com o Reino do Abba Negro que se revela a presença sacramental do Deus Negro Libertador, transformando a mensagem evangélica em uma força capaz de possibilitar a plena renovação da vida e a vitória sobre os poderes da morte.

O seguimento de Jesus Cristo Negro fundamenta-se na identificação profunda com as

populações negras e empobrecidas, cujos sofrimentos históricos refletem a estrutura pascal de morte e ressurreição. Exige-se dos discípulos e discípulas do Jesus Cristo negro um compromisso intransigente com a erradicação do pecado social—o racismo e a pobreza—em todas as suas dimensões, contribuindo com a construção de uma cultura antirracista e multirracial tanto na sociedade quanto na comunidade eclesial.

Este discipulado exige uma "atenção amiga" que valoriza a sabedoria das periferias e permite que o fiel seja evangelizado pelos pobres. A prática cristã deve transcender o campo das ideias, traduzindo-se em práxis de transformação contra o racismo estrutural e as desigualdades. Ao enfrentar as causas da opressão através de gestos concretos e amor profético, restaura-se a dignidade humana sob a promessa divina de justiça.

Em suma, a Cristologia Negra busca garantir que a mensagem do Reino do Abba Negro seja vista, inequivocamente, como a força transformadora que possibilita a plena renovação da vida e a libertação integral e definitiva. Essa abordagem reflete a ideia de que a salvação significa ser libertado da escravidão e escolher viver na liberdade, dizendo "não" ao medo e "sim" à força que a liberdade oferece. Fomos libertos pela graça para sermos aptos para vivenciar o amor-serviço em prol do Reino do Abba Negro, na pessoa dos irmãos e irmãs e, sobretudo, dos mais fracos, negros, negras, pobres e oprimidos que vivem nas periferias geográficas e existenciais.

Inspirada pelas reflexões da cristologia Negra e da Exortação Apostólica "Eu te amei", a comunidade da Igreja é chamada a reconhecer o clamor por uma libertação integral e pela restauração da dignidade de negros, negras, pobres e oprimidos. Para que isso ocorra, é necessário um engajamento pastoral que transforme a mensagem do Evangelho em uma força de transformação profunda, capaz de revitalizar tanto a espiritualidade quanto a prática eclesial. Esse compromisso envolve o apoio direto aos movimentos populares, que se destacam por não combaterem apenas os sintomas da pobreza, mas sim as suas causas estruturais, como a desigualdade e a negação de direitos fundamentais (terra, teto e trabalho). Ao confrontar o chamado "império do dinheiro", essas ações buscam superar os mecanismos de exclusão e morte que atingem a população negra e pobre, revelando a presença libertadora do Deus Negro que vai realizando pequenas libertações que se abrem a definitiva libertação na plenitude dos tempos (DT 80, 81).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ATANÁSIO, Santo. *Contra os pagãos; A encarnação do Verbo* (cap. II e III); *Contra os gregos filósofos e idólatras* (cap. VI). São Paulo: Paulus, 2024.

AZZI, Rolando. A teologia no Brasil: considerações históricas. In: PELÁEZ, A.; CHURRUCA, A. et al. *História da teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981. p. 21–43.

BOFF, Leonardo. Jesus Cristo libertador: uma visão cristológica a partir da periferia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 37, n. 147, p. 721–734, set. 1977.

BRANCO, Manoel J. de F. Castelo. A negação do sujeito na empresa colonial: o lugar do negro na dupla condição do "não". *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 48, n. 189, 1988.

CASTILLO, José M. *Jesus: a humanização de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre Negritude*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

CONCÍLIO VATICANO II. *Ad gentes*: decreto sobre a atividade missionária da Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 28 dez. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen gentium*: constituição dogmática sobre a Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 28 dez. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Nostra aetate*: declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 28 dez. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum concilium*: constituição sobre a sagrada liturgia. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 28 dez. 2025.

CONE, James H. *Deus dos oprimidos*. São Paulo: Recriar, 2020a.

CONE, James H. *Teologia negra*. São Paulo: Recriar, 2020b.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. *Documento de Aparecida*. Aparecida: CELAM, 2007.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. *Documento de Santo Domingo*. Santo Domingo: CELAM, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral Afro-Brasileira: Documento da Pastoral Afro-Brasileira*. [S.l.]: CNBB, s.d.

DUPUIS, Jacques. *O cristianismo e as religiões*. São Paulo: Loyola, 2004.

DUQUOC, Christian. *Cristologia: o homem Jesus*. São Paulo: Loyola, 1992.

ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (org.). *Mysterium Liberationis: conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. v. I–II. Madrid: Trotta, 1990.

FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988.

FEINER, J.; LOEHRER, M. (orgs.). *Mysterium Salutis: o evento Cristo*. v. III/2. Petrópolis: Vozes, 1973.

FERRARO, Benedito. *Cristologia*. Petrópolis: Vozes, 2021.

FORTE, Bruno. *Jesus de Nazaré: história de Deus, Deus da história*. São Paulo: Paulinas, 1985.

GOMES, Laurentino. *Escravidão*. v. 1. Rio de Janeiro: Globo, 2019.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOORNAERT, Eduardo. Ouvi o clamor deste povo negro. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 48, n. 189, 1988.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 28 dez. 2025.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. *População preta ou parda é mais da metade dos brasileiros*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/. Acesso em: 28 dez. 2025.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2023*. Brasília: IPEA/FBSP, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia. Acesso em: 28 dez. 2025.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2024*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia. Acesso em: 28 dez. 2025.

MARINGONI, Gilberto. *História: o destino dos negros após a abolição*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em: 28 dez. 2025.

MENSAJE de la Santa Sede a los Afroamericanos. Santa Sé; CELAM, 1992.

MOINGT, Joseph. *Deus que vem ao homem*. v. 1. São Paulo: Loyola, 2010.

MOLTMANN, Jürgen. *O caminho de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLTMANN, Jürgen. *O Deus crucificado*. São Paulo: Academia Cristã, 2024.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Negros no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2025.

NETO, Arnaldo; ROSA, Viana. Negritude: a fetichização da diferença e o entre-lugar da subjetividade pós-colonial. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 6, n. 12, p. 443–464, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Dennis. *Racismo estrutural*. São Paulo: Dandara, 2021.

PAGOLA, José Antonio. *Jesus: uma aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.

PALÁCIO, Carlos. *Jesus Cristo: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1999.

PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Vaticano, 2013.

PAPA FRANCISCO. *Fratelli Tutti*. Vaticano, 2020.

PAPA FRANCISCO. *Misericordia et misera*. Vaticano, 2016.

PAPA GREGÓRIO XIV. *Commissum nobis*. Vaticano, 1591.

PAPA LEÃO X. *Cum sicuti*. Vaticano, 1513.

PAPA LEÃO XIII. *In plurimis*. Vaticano, 1888.

PAPA URBANO VIII. *In plurimis*. Vaticano, 1639.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Vaticano,

2004.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1976.

RUBIO, Alfonso Garcia. *O encontro com Jesus Cristo vivo*. São Paulo: Paulinas, 2001.

SÃO JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America*. Vaticano, 1999.

SÃO JOÃO PAULO II. *Slavorum Apostoli*. Vaticano, 1985.

SÃO PAULO VI. *Africae terrarum*. Vaticano, 1967.

SCHNACKENBURG, Rudolf. Cristologia do Novo Testamento. In: FEINER, J.; LOEHRER, M. (orgs.). *Mysterium Salutis: o evento Cristo*. v. III/2. Petrópolis: Vozes, 1973.

SEGALLA, Giuseppe. *Cristologia do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1992.

SESBOÜÉ, Bernard. *Pedagogia do Cristo*. São Paulo: Loyola, 1997.

SILVA, Antonio Aparecido da (org.). Jesus Cristo: luz e libertador do povo afro-americano. In: SILVA, Antonio Aparecido da (org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo: Paulinas, 1988.

SOBRINO, Jon. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOBRINO, Jon. *Jesus na América Latina*. São Paulo: Loyola; Vozes, 1985.

SOUSA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2019.

VIEIRA, Henrique. *O Jesus negro*. São Paulo: Planeta, 2023.

WONG, Joseph. O Deus de Jesus Cristo em perspectiva pneumatológica. In: CANTONE, Carlo (org.). *A reviravolta planetária de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1995.